

Debates abordaram indicadores de resultados, incentivos à eficiência e o novo modelo de fiscalização da saúde suplementar



A defesa de indicadores que permitam medir resultados e reconhecer a eficiência na saúde suplementar, além de uma fiscalização baseada em diálogo e orientação, com a punição como

último recurso, marcou a participação da **UNIDAS - Autogestão em Saúde** na **Regulation Week**, realizada na última quarta-feira (2), no Centro Cultural da FGV, no Rio de Janeiro. Os temas foram abordados pelo presidente da UNIDAS, **Mário Jorge**, e pelo consultor jurídico da entidade, **José Luiz Toro**, em dois painéis da programação.

Indicadores para avaliar resultados

Ao discutir os caminhos para a saúde suplementar, **Mário Jorge** defendeu que eventuais mudanças nos incentivos econômicos do setor sejam apoiadas por indicadores capazes de medir resultados do sistema de saúde, incluindo desfechos críticos e resultados clínicos. **“Se a gente não mensurar, a gente não consegue premiar a eficiência”**, afirmou.

Entre as possibilidades, o presidente mencionou a construção de um indicador composto, que reúna diferentes dimensões da assistência e permita uma avaliação mais abrangente dos resultados. A proposta poderia servir de referência para reconhecer a eficiência e subsidiar futuras discussões sobre incentivos no setor.

Mário Jorge também chamou atenção para a necessidade de que propostas regulatórias e econômicas considerem a realidade da saúde suplementar e a experiência dos diferentes agentes que atuam no setor. **“A realidade sempre se impõe”**, acrescentou.

As declarações foram feitas durante o painel **“O que se espera da Saúde Suplementar?”**, do qual também participaram **Gustavo Ribeiro**, presidente da Abramge, e **Bruno Sobral**, diretor executivo da FenaSaúde, com mediação de **Pablo Menezes**, vice-presidente da SulAmérica/Rede D’Or.

Fiscalização baseada em diálogo

A mudança no modelo de fiscalização da ANS também esteve entre os principais temas da programação. **José Luiz Toro** defendeu uma atuação regulatória baseada em orientação, diálogo e cooperação e sustentou que a aplicação de sanções deve ocorrer quando outros instrumentos não forem suficientes. **“Não é por uma desobediência civil, mas é uma falha de comunicação. O que deve ser indicado não é o Estado punitivo. A multa tem que ser a primeira resposta. Tem palavras lá que, para mim, são primordiais: a questão do diálogo, a questão da orientação e a questão da cooperação”**, disse.

O posicionamento foi apresentado no painel **“Novo modelo de fiscalização, primeiros resultados”**, que reuniu ainda **Eliane Medeiros**, diretora de fiscalização da ANS; **Cesar Cardim Junior**, superintendente de regulação da FenaSaúde; e **Virginia Rodarte**, assessora regulatória do Sinog, com moderação de **Ana Amélia Bertani Rodrigues**, diretora jurídica da Abramge. Toro também abordou questões relacionadas ao IGF durante sua participação.

A programação apresentou ainda os primeiros resultados do novo modelo de fiscalização da ANS e as conclusões das reuniões do **Comitê de Regulação de Saúde Suplementar da FGV Direito Rio**, apresentadas por **Bruno Marcelos**, coordenador do Comitê. Outro debate tratou dos desafios relacionados à incorporação de tecnologias e à articulação entre ANS, Conitec e Anvisa.

Fonte: UNIDAS, em 08.09.2026